

# ADMINISTRADORES MUNICIPAIS E GESTÃO AMBIENTAL<sup>1</sup>

## *MUNICIPAL ADMINISTRATORS AND THE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT*

Maria do Carmo Peixer Cavallieri<sup>2</sup>  
Galileo Adeli Buriol<sup>3</sup>

### RESUMO

Estudou-se o perfil dos prefeitos, de alguns municípios da região central do Estado do Rio Grande do Sul, nos aspectos de sua conscientização e conhecimentos sobre as questões ambientais. Buscou-se também identificar o problema ambiental dominante nos municípios. O trabalho foi realizado em dez (10) municípios: Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Rio Pardo, Rosário do Sul, São Sepé, Sobradinho e Tupanciretã. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de um questionário que foi respondido por cada um dos prefeitos. Os resultados mostraram que eles têm conhecimento e consciência dos problemas ambientais locais. Os principais problemas levantados foram falta de infra-estrutura como saneamento básico, coleta de lixo, habitação e coleta seletiva de lixo, poluição do ar e da água, deterioração das áreas agrícolas, uso excessivo de agrotóxicos, localização de indústrias em área urbana, lixo doméstico e extração mineral predatória.

**Palavras-chave:** meio Ambiente, desenvolvimento sustentável, políticas sociais, pobreza

### ABSTRACT

The profile of the mayors of some cities in the central region of Rio Grande do Sul was analyzed both in their consciousness and knowledge about environmental issues. It was also intended to identify which environmental problem is dominant in the cities. The work was carried out in ten (10) cities: Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilho, Restinga Seca, Rio Pardo, Rosário do Sul, São Sepé, Sobradinho and Tupanciretã. The data were gathered by means of a

<sup>1</sup> Trabalho do Projeto de Bolsa de Aperfeiçoamento – PROBAP.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental – UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientador - UNIFRA.

questionnaire answered by each one of the mayors. The results showed that they know the local environmental problems and are also conscious of them. The main problems found were lack of infrastructure such as basic sewerage, garbage collection, housing and selective garbage collection, air and water pollution, excessive use of agro-toxic chemicals, localization of industries in the urban areas, household garbage and predatory mineral extraction.

**Key words:** environment, sustainable development, social policies, poverty.

## INTRODUÇÃO

A década de 1960 marcou a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico (GONÇALVES, 1990). As questões ambientais começaram a despertar grandes preocupações em nível mundial. Uma das obras que muito contribuiu para isso foi o livro *Primavera Silenciosa*, de CARSON (1962), que reuniu uma série de narrativas sobre as desgraças ambientais que ocorriam em várias partes do mundo, causadas pelo modelo de desenvolvimento econômico então adotado e alertava a comunidade internacional para o problema. Rios mortos, transformados em canais de lodo, o ar das cidades envenenado pela poluição generalizada, destruição das florestas, solos envenenados por biocidas, águas contaminadas e tantas outras mazelas compunham um quadro de devastação sem precedentes na existência humana.

A cada ano, milhões de hectares de terras produtivas se transformam em desertos. Anualmente, são destruídos mais de 11 milhões de hectares de florestas. As chuvas ácidas matam florestas, lagos, rios e danificam o patrimônio artístico e arquitetônico das nações. A queima de combustíveis fósseis espalham na atmosfera  $\text{CO}_2$ , o que provoca o aquecimento do planeta. Gases industriais ameaçam comprometer a camada protetora de ozônio da atmosfera que envolve o planeta, o que aumentará, acentuadamente, a incidência de vários tipos de câncer em seres humanos e animais. A indústria e a agricultura despejam substâncias tóxicas que poluem irremediavelmente a cadeia alimentar e os lençóis de água subterrânea.

Sabe-se que grande parte dos problemas ambientais estão relacionados à fome. Há um grande número de pessoas que vivem na miséria absoluta, ou seja, que não conseguem satisfazer suas necessidades mais básicas. A pobreza diminui a capacidade das pessoas para usarem os recursos de modo sustentável, levando-as a exercerem maior pressão sobre o meio ambiente (NOSSO FUTURO COMUM, 1988).

As cifras do PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) apontam que, nos últimos trinta anos, o volume de renda de 20% da população carente do mundo caiu de 2 para 1,45 da renda mundial, enquanto que a fração dos 20% mais ricos passou de 70 para 85% da riqueza mundial (KLIKSBURG, 1998).

Diante desse contexto, como falar em preservação ambiental ou manejo deste, rumo a uma participação ativa de populações que vivem em localidades nas quais faltam condições mínimas de serviços, como acesso à escola, saúde, água, coleta de lixo e energia e que se constituem em uma obrigação do Estado?

Nos países subdesenvolvidos, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego, saúde, educação – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram, legitimamente, a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e/ou de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (NOSSO FUTURO COMUM, 1988).

Em Santa Maria, um exemplo local, com 226.063 habitantes, 94% de sua população vive na área urbana sob essa realidade (CONDEMA, 1999). Grande parte de seus cidadãos, pelas más condições sociais, pela ausência de programas de habitação e pela falta de opções, estão morando em áreas de risco, sujeitas a desbarrancamentos e/ou inundações, sem a mínima infraestrutura por se tratarem de áreas irregulares (impróprias para habitações).

No Estado do Rio Grande do Sul, a cada segundo, 2.400 litros de esgotos cloacais são lançados nos rios que formam a bacia hidrográfica do Rio Guaíba. Os dados mostram que mais de 160 mil gaúchos vivem sem abastecimento de água potável servindo-se de água contaminada para matar a sede, para a higiene diária, para a criação de animais e irrigação de lavouras (ISAÍAS, 1999).

Segundo o Relatório da Comissão Bruntland, de 1987, desenvolvimento sustentável, é definido como um processo que “busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras para atender as suas próprias necessidades”.

Ao se aceitar esta definição, entende-se que ela traz contida em seu bojo, uma nova relação com o meio ambiente que deve ser manejado adequadamente no seu processo produtivo, bem como no que se refere aos dejetos produzidos pela sociedade como um todo, mas principalmente, ao contemplar a exigência de erradicar a miséria, incorporando, no processo de cidadania, parcela significativa da população.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável traz, em sua concepção, processos de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais, administrativas e de cidadania que possibilitam assegurar o atendimento às necessidades básicas da população e à equidade social.

Em uma sociedade equitativa, todos os indivíduos ( independente de gênero, origem social, raça, idade, credo e ideologia ) têm as mesmas oportunidades para se desenvolverem enquanto tais (FERREIRA, 1998).

É importante ressaltar que o processo de erradicar a pobreza, vai além do paternalismo por parte do estado.

Esta população “beneficiária” propõe-se a ser “ator” de seu desenvolvimento, porém antes e vinculada a esta dimensão, estão a questão do resgate do exercício da cidadania, o reconhecimento e a melhoria da auto-estima de cidadãos excluídos, sem poder, sem informação e sem oportunidade para exercerem ou defenderem seus direitos.

Para esse resgate, é importante destacar o papel do governo neste processo de mudança e desenvolvimento, ao incorporar esta população no processo de cidadania, e dessa forma, reforçar suas capacidades. Capacidade de se inconformar. Capacidade de reivindicar. Capacidade de se organizar. Capacidade de se reconhecer como cidadãos que pagam impostos e que têm direitos e deveres. Capacidade de engajar-se nesta luta por um ambiente sustentável, que nada mais é que a luta pela própria vida. Entretanto, a sociedade já mostrou (recentemente) capacidade e predisposição em colaborar para solução dos problemas, como fez na crise da energia.

A sociedade deve encontrar nela mesma o caminho mais decisivo para construir a nação desejada. O grande desafio que se tem pela frente é minimizar a polaridade existente entre ricos e pobres e conseguir uma melhor e mais justa distribuição da renda e elevar o padrão educacional e profissional dos brasileiros, recuperar importantes valores éticos deteriorados nos quinze anos de crise e inflação. E também evoluir política e culturalmente.

Vencer esses desafios depende mais da sociedade do que de governos. As soluções que compõem esse grande desafio não serão resolvidas por decretos, mas, por meio de processos educativos e de mudanças culturais que cabem às lideranças da sociedade conduzir (RESENDE, 2001).

A realidade é que as pessoas, desde a sua infância, acreditam que as formas de organização do cotidiano pertencem, naturalmente, a uma misteriosa esfera superior: o “Estado”. E este, por sua vez, está se mostrando inoperante no planejamento central. Em respostas aos absurdos que se encontram nas favelas, no latifúndio e na fumaça das cidades congestionadas, surge com grande força uma tendência das pessoas organizarem -se, para

tomarem em mãos, senão o destino da nação, pelo menos o espaço que as cercam. Este “espaço local” é o município, é também o bairro, o quarteirão nos quais as pessoas convivem.

A questão do poder local está rapidamente emergindo para se tornar uma das questões fundamentais da sociedade. Portanto, envolve a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói a sua transformação e se democratiza.

Quando as decisões são tomadas muito distantes do cidadão, dizem muito pouco à sua realidade e necessidades. Assim, a dramática centralização do poder político e econômico, que define a atual forma de organização como sociedade, leva em última instância, a um divórcio profundo entre as necessidades e o conteúdo das decisões sobre o desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 1993).

Na verdade, o que se constata é uma evolução da democracia representativa, exercida a cada quatro anos, para uma democracia participativa e permanente. Portanto, o município permite a democratização das decisões, na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais clareza e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança e dos quais tem conhecimento direto, sem a mediação de grandes estruturas políticas. Pois, o uso racional dos recursos não pode aguardar apenas a esfera superior. Os recursos naturais, em particular, não são renováveis, ou renováveis a longo prazo (caso das florestas), ou ainda com custos elevadíssimos (caso da água poluída ou da terra esgotada). A destruição da fauna ou dos recursos pesqueiros é também em geral definitiva. Hoje o município vê uma base importante de produção da sua riqueza simplesmente destruída.

Neste momento se começa a dar mais importância à função dos prefeitos como gestores ambientais. Estes atores necessitam estar conscientes de seu papel e de seu poder perante a sociedade. É necessário que utilizem este poder de forma construtiva, inovadora e criativa. Para tanto, é de fundamental importância a conscientização desses profissionais na condução da sua comunidade para que, juntos, possam resolver os problemas ambientais.

Esses administradores precisam dispor de um bom embasamento social, político e ético. Assim, a sua capacitação administrativa faz-se urgente e importante. Eles necessitam saber que a comunidade local é de grande valia e está disposta a mudar o curso da história do país.

Acredita-se que grande parte do descaso das comunidades, relativamente aos problemas ambientais, deve-se à falta de informação sobre melhores opções de como lidar com essas questões. Às vezes uma pequena mudança de atitude ou uma inovação tecnológica de relativa simplicidade



pode ajudar a resolver problemas sérios de danos ambientais. Haja vista a coleta seletiva de lixo, implantada em algumas cidades brasileiras, mudando a atitude das pessoas com relação ao seu lixo doméstico, bem como originando um tratamento de reciclagem, feito a partir dos materiais ali coletados. Os prefeitos devem agir de forma local, mas pensando globalmente. Faz-se necessário trabalhar em propostas que incluam a comunidade como participante ativa do seu próprio processo de desenvolvimento.

As transformações que a sociedade vêm sofrendo atingem também os administradores públicos municipais. Entretanto, espera-se que a administração pública consiga driblar a escassez de recursos econômicos, vencer obstáculos e promover políticas sociais e inovadoras condizentes com o dinamismo da realidade atual, para que possa, por meio de processos educativos e de mudanças culturais, conduzir e levar a sociedade a desenvolver suas “capacidades” ao identificar e solucionar problemas do seu país, do seu município, do seu bairro, da sua rua. Com isso se reafirma a capacidade participativa da população local, rumo a um desenvolvimento sustentável.

Levando-se em consideração o papel dos administradores públicos em conduzirem a população local rumo a um desenvolvimento sustentável, neste trabalho teve-se como objetivo identificar o perfil dos administradores públicos no que tange a sua conscientização e conhecimentos relativos às questões ambientais. Buscou-se também, identificar os principais problemas ambientais dos municípios.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O trabalho foi realizado em dez municípios da região central do Estado do Rio Grande do Sul: Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Rio Pardo, Rosário do Sul, São Sepé, Sobradinho e Tupanciretã.

Coletaram-se informações sobre os principais problemas ambientais desses municípios. O instrumento de coleta foi um questionário emitido para cada prefeitura. Buscou-se caracterizar o perfil de cada prefeito, no que se refere à idade, qualificação, conhecimento e conscientização dos problemas ambientais de sua jurisdição. Solicitou-se a cada prefeito que elegeisse, em ordem de importância, os principais problemas ambientais de seus municípios.

Todos os questionários foram respondidos e remetidos no prazo estipulado: remetidos em 09 de abril de 2002 e recebidos até o dia 23 de abril de 2002.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na qualificação dos prefeitos dos dez municípios pesquisados da região central do Rio Grande do Sul, observa-se que 60% dos prefeitos possuem curso superior, 10% mestrado e 10% doutorado, o que leva a pressupor serem pessoas esclarecidas e, com conhecimento, para enfrentarem desafios e promoverem políticas seqüenciais, inovadoras que venham ao encontro das necessidades da comunidade.

No que se refere à faixa etária, considerando a década de nascimento de cada prefeito, tabela 1, observa-se que 30% nasceram na década de 40, 20% na década de 50, 40% na década de 60 e 10% na década de 70.

**Tabela 1:** Década de nascimento e faixa etária dos prefeitos.

Década de nascimento	Faixa etária	Frequência Relativa (%)
Década de 40	53 a 62 anos	30%
Década de 50	43 a 52 anos	20%
Década de 60	33 a 42 anos	40%
Década de 70	23 a 32 anos	10%
<b>Total</b>		<b>100%</b>

A predominância de prefeitos, em uma faixa etária considerada jovem (33 a 42 anos), pressupõe que estes sejam responsáveis por uma maior aceitação e adaptação dos paradigmas emergentes. Isto contribui para o repensar do papel dos administradores e para a reciclagem de conceitos e inovações tecnológicas que estão surgindo com a proposta de um desenvolvimento sustentável.

Um outro dado positivo é o fato de que 60% dos prefeitos nasceram no município em que atuam. Isso indica que os atuais prefeitos possuem um grande conhecimento dos problemas locais e das causas dos mesmos.

A renda dos prefeitos pesquisados, expressa em número de salários-mínimos (à época cotado em R\$ 200,00 ou US\$ 79), está representada na tabela 2.

**Tabela 2:** Remuneração mensal recebida pelos diferentes prefeitos, em número de salário mínimos.

Renda em Salários Mínimos	Freq. Relativa (%)
Menos de 10	20%
De 11 a 20	30%
De 21 a 30	-
De 31 a 40	30%
De 41 a 50	10%
51 para mais	10%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Observa-se que não há uma homogeneidade salarial entre as prefeituras (apesar de se tratar da mesma função pública), pois 50% recebem uma remuneração de menos de 10 até 20 salários mínimos e 50%, de 31 a mais de 51 salários mínimos. Os municípios pesquisados possuem, aproximadamente, o mesmo número de habitantes e votantes e o mesmo número de vereadores. Sabendo-se que o teto salarial é de 80% de um deputado federal, constata-se que isso não parece coerente.

A tabela 3 apresenta os resultados sobre a conscientização e o conhecimento dos problemas ambientais pelos prefeitos.

**Tabela 3:** Avaliação da conscientização e conhecimento dos problemas ambientais pelos prefeitos.

<b>Perfil</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não está consciente e não possui conhecimento.	0
Não está consciente e possui conhecimento.	0
Está consciente, mas necessita de conhecimento.	20%
Está consciente e tem conhecimento específico.	80%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Constata-se que os prefeitos pela predisposição em colaborar, em responder ao questionário já estão, de certa forma, imbuídos da questão ambiental. Presume-se que possuam interesse nesta questão. Há uma predominância de prefeitos conscientes que afirmam possuírem conhecimentos específicos relacionados à questão ambiental, muito embora boa parte deles demonstre ter vontade de obter conhecimentos mais específicos sobre o tema.

Os problemas ambientais dominantes nos municípios pesquisados, segundo a percepção dos prefeitos, estão representados na tabela 4.

Os principais problemas foram classificados por tema. Cada coluna tem associado ao seu tema principal os problemas a ele referentes. Sendo assim, por exemplo, o tema água apresenta problemas de contaminação por resíduos químicos, problemas de assoreamento dos rios e afluentes, devido à retirada da mata ciliar e, conseqüentemente, o desbarrancamento das encostas e problemas de poluição.



**Tabela 4:** Principais problemas ambientais abordados pelos prefeitos dos municípios de Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Rio Pardo, Rosário do Sul, São Sepé, Sobradinho e Tupanciretã.

Água	Poluição	Agricultura	Manejo Ambiental	Infra-estrutura	Indústria
Contaminação (mananciais).	Lixo doméstico.	Erosão.	Desmatamento da mata ciliar.	Saneamento.	Localização (perímetro urbano).
Recuperação dos rios.	Poluição do ar.	Uso de agrotóxicos.	Educação ambiental.	Coleta seletiva de lixo.	
Assoreamento dos rios e afluentes.		Destino final das embalagens de agrotóxicos.	Ocupação de áreas de preservação.	Habitação.	
Poluição cotidiana como, por exemplo, falta de tratamento de esgoto, poluídos rios por esgoto e lixo doméstico ou problemas relativos à localização de indústrias no perímetro urbano.			Monocultura.  Extração predatória de areia nas margens do Rio Santa Maria.		Coleta de lixo.

Classificando-se os dados da tabela 4 em termos de prioridade dos principais problemas ambientais obtiveram-se os resultados apresentados na tabela 5. Observa-se que o problema ambiental mais freqüente, em termos de prioridade, é o de infra-estrutura (70%) como falta de saneamento básico, coleta de lixo, habitação e coleta seletiva do lixo. O município de Júlio de Castilhos acusou o menor número de problemas, apontando um único problema, seguido do Município de Rio Pardo com o maior número (oito) de problemas ambientais.

Conhecido o principal tema ambiental, fez-se necessário conhecer os principais problemas a ele relacionados. Neste sentido, os resultados indicaram o saneamento básico e a coleta de lixo como os principais problemas dos municípios, com 40% e 30% das respostas, respectivamente. Isto pressupõe que os prefeitos, de posse deste conhecimento, desenvolvam políticas que venham ao encontro para sua solução ao priorizar e investir no setor. A falta de saneamento tem conseqüências muito graves para a qualidade de vida da população. Deixar de investir em saneamento seria deixar de investir na saúde, porque saneamento envolve vários pontos que o ser humano

precisa para sobreviver, como abastecimento adequado de água tratada por meio de instalações adequadas de esgoto, sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Isso evitaria a propagação e disseminação de doenças de veiculação hídricas na saúde da população.

**Tabela 5:** Principais problemas ambientais classificados por temas, segundo a ordem de importância dada pelos prefeitos de cada município pesquisado.

Cidades	Água	Poluição	Agricultura	Manejo	Infra- -Estrutura	Indústria
Caçapava do Sul	-	-	-	2º	1º	-
Encruzilhada do Sul	-	-	-	3º	1º/2º	-
Faxinal do Soturno	1º	-	3º	2º	-	-
Júlio de Castilhos	1º	-	-	-	-	-
Restinga Seca	-	-	4º/5º	3º	1º/2º	-
Rio Pardo	4º	-	3º	5º/6º	7º/8º	1º/2º -
Rosário do Sul	-	-	-	1º	2º	-
São Sepé	-	4º	3º	5º/7º	1º/2º	6º
Sobradinho	-	-	-	2º/3º	1º	-
Tupanciretã	-	-	2º	-	1º	-

A pesquisa nacional de saneamento básico, realizada pelo IBGE, revelou que pouco mais da metade dos municípios brasileiros (52,2%) tem serviço de esgoto sanitário. Destes, apenas (35,3%) recebem algum tipo de tratamento, o restante é lançado diretamente nos rios ou no solo, contaminando as águas superficiais e subterrâneas.

Um outro dado importante é que os recursos disponibilizados pela União para saneamento chegam a 6% do orçamento, enquanto a saúde curativa obtêm 15%, que poderiam ser investidos em saneamento para a melhoria da qualidade de vida da população.

Na identificação dos problemas ambientais da região pelos prefeitos, os seguintes pontos merecem destaque.

- Os principais fatores que comprometem a qualidade de vida é a falta de infra-estrutura básica, o crescimento desordenado e conseqüente falta de atendimento das demandas e a pobreza, com 80%, 70% e 50% das respostas.
- Os problemas mais graves da região, são de infra-estrutura ( saneamento básico, habitação e coleta de lixo), com 100% de respostas.
- Todos responderam que é importante inserir conceitos ecológicos dentro do município em que atuam.
- Quanto a possuir um plano de proteção para a água (70% responderam ter plano de proteção e 20% que não possuem plano de proteção e 10% que estão mantendo contato para implementação do mesmo).
- Qualificar e treinar os professores em tópicos ambientais, com 90% de respostas.

O conjunto de resultados obtidos indicam que prevalece um certo preparo da parte dos prefeitos para responder a maioria das perguntas do questionário, que concebem, interpretam e atribuem sentido a seus problemas ambientais, principalmente, os diretamente ligados ao meio ambiente local. Muitas das respostas apresentam clareza em lidar com o assunto e em definir respostas, mostrando uma aparente aproximação das questões. Porém, um dos temas mais recorrentes foi sem dúvida de infra-estrutura, aparecendo em todas as respostas. O que parece haver uma hierarquização dos problemas sendo que os ambientais estão no topo, e os socioeconômicos poderiam vir logo no final da lista. Evidentemente que não existe uma linha que, supostamente, separe os problemas ambientais, mas para a maioria dos prefeitos estes assuntos demonstram ter uma separação na vida cotidiana e que fica muito evidente na hierarquização por prioridades que fazem destes problemas.

O problema de infra-estrutura aparece nos dois tipos de respostas: como problemas sérios e como o principal problema em termos de prioridade. Esta visão de meio ambiente apresenta-se ligada a problemas mais imediatos do seu cotidiano como, por exemplo, falta de tratamento de esgoto, poluição dos rios por esgoto e lixo domésticos ou problemas relativos como a localização de indústrias no perímetro urbano, e que, na verdade, são categorias que se remetem mais ao funcionamento dos municípios como um todo do que uma análise mais profunda e holística sobre meio ambiente.

A pobreza e a miséria acabam por ser elementos que aparecem no tipo de resposta como problema que compromete a qualidade de vida da

população local, portanto como símbolo da destruição tanto da dignidade do homem como da natureza que a cerca.

O aparente distanciamento das questões socioeconômicas referidas anteriormente, na realidade significa que os prefeitos têm a sua própria maneira de perceber o meio ambiente e que não necessariamente passa pela pobreza. Contudo, esta percepção estreita da realidade é inadequada para enfrentar os principais problemas dos dias atuais. Vem na contra-mão do objetivo deste trabalho, pois os problemas são sistêmicos, o que significa que estão intimamente ligados e são interdependentes. Não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que caracteriza as disciplinas acadêmicas e os organismos governamentais (CAPRA, 1982).

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O perfil predominante dos administradores públicos é de pessoas conscientes e com conhecimento específico sobre a questão ambiental. Ao mesmo tempo, demonstram interesse em saber mais sobre o tema. Isto corrobora a importância dada por eles à questão ecológica, não se constituindo, portanto, numa contradição aos resultados da pesquisa.

O principal problema ambiental é o de infra-estrutura (saneamento, coleta seletiva de lixo, habitação e coleta de lixo). Isto indica que os problemas presentes na região não são desconhecidos nem minimizados pela gestão atual de cada município.

A não-solução do saneamento básico deve-se, principalmente, à falta de recursos financeiros, de investimento no setor e ainda do crescimento desordenado.

Quanto à percepção de meio ambiente, considera-se a importância de uma nova concepção, baseada na percepção e no conhecimento dos prefeitos sobre os problemas classificados em ordem de prioridade, nos quais as respostas se detêm mais no funcionamento dos municípios como um todo do que numa análise mais profunda e holística sobre os problemas ambientais. Para isso, os prefeitos necessitam ter certos conhecimentos teóricos e técnicos, para que tratem os problemas referentes ao meio ambiente de forma adequada, embasados em conhecimento, pois são eles os executores de idéias que orientam a sociedade a uma participação ativa. Portanto, cabe a eles as decisões que regulam a vida da sociedade.

Neste momento é importante a atuação de prefeitos conscientes, capacitados e críticos para despertarem capacidades, contribuindo para o surgimento de uma nova sociedade, mais esclarecida, mais conscientizada, e realmente preocupada com o futuro.

Em função dos resultados recomenda-se:

- a) Uma análise mais profunda sobre a degradação ambiental, freqüentemente associada com problemas sociais: da pobreza, da saúde, da violência e do desemprego. Pois há controvérsias apontando que os mais ricos degradam muito mais o meio ambiente, devido ao modelo de consumo imposto pelos EUA por meio de propaganda, fazendo com que as pessoas com poder aquisitivo comprem cada vez mais. Esta questão será levantada na conferência em Joanesburgo, na África do Sul que se realizará de 26 de agosto a 4 de setembro.
- b) Uma análise mais específica sobre a percepção dos prefeitos referente ao conhecimento dos problemas globais que afetam o meio ambiente, incluindo a população local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. 1982. **O ponto de Mutação, a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** Editora Cultrix: São Paulo.

CARSON, Rachel. 1962. **Primavera Silenciosa.** Melhoramentos: São Paulo.

CONDEMA, 1999. **Cidadão: Meio Ambiente e Saúde.** Prefeitura Municipal de Santa Maria: Santa Maria.

DOWBOR, Ladislau. 1993. **O que é poder local.** Disponibilidade em: [http://www.ppbr.com/ld/poder local.shtml](http://www.ppbr.com/ld/poder%20local.shtml) Acesso 17/05/02.

FERREIRA, Leila da Costa. 1998. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil.** Boitempo: São Paulo.

GONÇALVES, Carlos W. P. 1990. **Os (Des) caminhos do meio ambiente.** Contexto: São Paulo.

IBGE, 2000. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Disponibilidade em: [http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/es.../esg\\_sanitario46.sht](http://www.ibge.net/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/es.../esg_sanitario46.sht) Acesso 08/06/02.

ISAÍÁ, Tarso. 1999. **Vamos Beber Esgoto no Próximo Século?** UNIFRA, Santa Maria (apostila de aulas).

KLIKSBERG, Bernardo. 1998. **Repensando o Estado Para o Desenvolvimento Social: Superando Dogmas e Convencionanismos.** Coleção Questões de Nossa Época. Cortez: São Paulo.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 1988. **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.

RESENDE, Ênio. 2001. **Chega de Ser o “País do Futuro”**: **Novos paradigmas para Resolver o Brasil**. Summus: São Paulo.